



069  
23

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0190784-0/01

COMARCA: Recife/

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADA: Souleal Comércio Ltda. - ME

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5526

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO EXEQUENDO INFERIOR A 1.000 UFIRS. INTERESSE DE AGIR APURADO NO CASO CONCRETO. 1. A jurisprudência vêm reconhecendo a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público. 2. O exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua reparação. 3. A pretensão do Estado em cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica. 4. Entendimento consolidado no STF e na Corte local. 5. O interesse de agir é de ser apurado e aferido em razão do procedimento executivo *in concreto* ajuizado, razão pela qual tem-se por irrelevante perquirir se existem, ou não, débitos outros imputáveis ao mesmo contribuinte. 6. Recurso de Agravo improvido, por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0190784-0/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de janeiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0190784-0/01

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADA: Souleal Comércio Ltda. - ME

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto em face de decisão terminativa monocrática pela qual esta Relatoria deu provimento parcial à apelação, em ordem a afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, decretada em primeiro grau, determinando apenas o respectivo arquivamento, sem baixa na distribuição.

Em suas razões, sustenta o agravante, em apertada suma, que a decisão recorrida violaria o disposto na Lei Estadual nº 11.687/99 e no Decreto Estadual nº 22.376/00, que admitem a desistência de execuções fiscais apenas quando o valor total dos débitos do contribuinte inscritos na dívida ativa estadual seja equivalente ou inferior a 1.000 UFIRS.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0190784-0/01

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADA: Souleal Comércio Ltda. - ME

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

Trata-se de **Apelação Cível** interposta contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina, nos autos do processo 233.1998.003747-5, que, reconhecendo a falta de interesse de agir em face do pequeno valor do crédito exequendo - no caso, **R\$ 754,87 (setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)** -, extinguiu, sem julgamento de mérito, a Ação de Execução Fiscal proposta pelo ora apelante, Estado de Pernambuco, em face de Souleal Comércio Ltda - ME.

No referido apelo, a Fazenda Estadual pleiteia a reforma da decisão *a quo*, sob o argumento central de que deve ser da Fazenda Pública exequente a iniciativa exclusiva de desistir da cobrança de créditos tributários irrisórios, vedando-se ao Judiciário adentrar no exame do mérito administrativo de tal desistência.

Alega, também, que o valor total dos débitos da executada, apurado em sede administrativa, supera o montante de 1.000 UFIR's.

Ressalta, ainda, que a ora apelada possui outros processos perante a Fazenda Pública, sendo seu débito total equivalente a R\$ 19.686,84 (dezenove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), excluindo a *"hipótese prevista no caput do art. 1º da Lei Estadual 11.687/99"*.

Por último, pontua que as execuções fiscais de valores ínfimos devem ser arquivadas sem baixa na distribuição, seguindo entendimento unificado do Superior Tribunal de Justiça.

Não houve apresentação das contra-razões.

É o que de relevante se tem a relatar.

A jurisprudência vem reconhecendo a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Deveras, o exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação.

Assim, a pretensão do Estado em cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

Nesse linha, aliás, dispõem os artigos 1º e 2º do Decreto Estadual n.º 22.376/2000:

*"Art. 1º A partir de 01 de maio de 2000, não será ajuizada execução fiscal cujo valor do débito total em relação a um mesmo devedor, na data da respectiva inscrição em dívida ativa, seja equivalente ou inferior a 1000 (um mil) UFIRs, observando-se:*

*(...)*

*"Art. 2º Será objeto de desistência a execução fiscal ajuizada cujos débitos existentes em 30 de abril de 2000 estejam enquadrados no limite estabelecido no art. 1º, considerando-se, para esse efeito, o valor do débito vigente no mês em que for requerida a mencionada desistência".*

Mais recentemente, o Decreto Estadual n.º 32.549, publicado em 29/10/2008, em sua Seção I, tratando *Da Não Propositura ou Desistência de Ações Judiciais e Recursos*, disciplinou:

*"Art. 1º Para fins do disposto no inciso III do artigo 1º da Lei Complementar n.º 105, de 20 de dezembro de 2007, considera-se valor irrisório o valor não superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).*

No caso, não há sentido – acréscimo – em não se utilizar esse mesmo paradigma para as execuções ajuizadas anteriormente à edição do primeiro dos instrumentos normativos supra mencionados, ocorrida em 2000.

Assim, considerando o teor da apelação interposta, tenho que a mesma encontra-se em conflito com a jurisprudência desta Egrégia Corte, conforme se depreende do aresto a seguir:

**"EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO FISCAL DE VALOR IRRISÓRIO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. DESATENDIDO O REQUISITO DE ADEQUAÇÃO DO RECURSO INTERPOSTO. APLICABILIDADE DO ART. 34 DA LEI DE EXECUTIVOS FISCAIS. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. APELO NÃO CONHECIDO. DECISÃO INDISCREPANTE. - De acordo com a regra do art. 34 da Lei n.º 6830/80, descabido é o recurso de apelação interposto contra a sentença de 1º grau proferida em execução fiscal, cujo valor se encontra abaixo de 50 (cinquenta)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

*OTNs. Precedentes Jurisprudenciais no mesmo sentido. - Recurso não conhecido, por flagrante inadequação da via eleita, que carece de pressuposto de admissibilidade. Decisão unânime". (Apelação Cível nº 0058999-9, Recife. Relator: Jones Figueiredo Alves, Quarta Câmara Cível. Data Julgamento: 27/05/04)*

**"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO NECESSÁRIO IMPROVIDO, PREJUDICADO O VOLUNTÁRIO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. Restando comprovado o pequeno valor executado insuficiente para custear as despesas processuais, é de se confirmar a sentença que extinguiu o feito, sem apreciação do mérito". (Apelação Cível nº 0110715-1, Petrolina. Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes, Segunda Câmara Cível. Data Julgamento: 08/10/2004)**

A posição aqui adotada coaduna-se com o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

**"E M E N T A: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - INSIGNIFICÂNCIA DA DÍVIDA ATIVA EM COBRANÇA - AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR - EXTINÇÃO DO PROCESSO - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. - O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as decisões, que, em sede de execução fiscal, julgam extinto o respectivo processo, por ausência do interesse de agir, revelada pela insignificância ou pela pequena expressão econômica do valor da dívida ativa em cobrança, não transgridem os postulados da igualdade (CF, art. 5º, "caput") e da inafastabilidade do controle jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV). Precedentes". (AI-AgR 451096/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, Julgamento: 17/02/2004, Publicação: DJ 01/04/2005 PP-00053)**

Esse entendimento não é afastado pela circunstância de eventualmente existirem débitos outros na esfera administrativa, eis que o custo da movimentação da máquina judiciária há de ser avaliado à vista do processo que concretamente esteja em tramitação, até porque facultado à Fazenda exequente - no caso de existirem outras execuções aforadas contra o mesmo devedor - requerer a reunião dos processos, nos termos do art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, em ordem seja a assegurar a unidade da garantia, seja a denotar, pelo somatório dos créditos exequendos, a viabilidade econômica dos procedimentos em causa.

Ademais de tudo isso, verifico que o executivo fiscal em causa foi ajuizado em 1998, e, até a prolação da sentença, em 2008, não havia sido efetivada qualquer penhora, isto a sinalizar para a inutilidade concreta do processamento em tela.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

De todo modo, é certo que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade.

Por isso é que tenho sustentado, em feitos do gênero, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com baixa na distribuição (o que não implica, como visto, em extinção do crédito tributário corporificado na certidão da dívida ativa).

Nessa perspectiva, o contribuinte permanece como devedor do crédito tributário respectivo, apenas não mais figurando como executado (o que significa, em concreto, manter o crédito em tela na esfera administrativa, evitando o abarrotamento das prateleiras e da própria máquina judiciária com processos anti-econômicos).

Cumpre-me, todavia, em homenagem à função uniformizadora do direito, render-me à diretriz jurisprudencial sinalizada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.111.982-SP (recurso repetitivo, julgado em 13 de maio de 2009 sob a égide do art. 543-C, do Código de Processo Civil), no sentido de que as execuções fiscais de pequeno valor "*devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição*".

É certo que a decisão proferida no Resp 1.111.982-SP dizia respeito a execução fiscal da Fazenda Nacional.

No entanto, os motivos determinantes daquele *decisum* aplicam-se, por identidade de substrato fático-jurídico, às execuções fiscais municipais e estaduais.

Com efeito, o eminente Relator, Min. Castro Meira, acentuou que:

*"(...) O caráter irrisório da execução fiscal não é causa determinante de sua extinção sem resolução de mérito, impondo-se apenas o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição.*

*O espírito da norma é o de desobstruir a máquina judiciária dos processos de pouca monta, bem como evitar os custos da cobrança, que pode equivaler, ou até superar o valor do crédito exequendo, sem que haja para o contribuinte o incentivo ao inadimplemento de suas obrigações tributárias."*

Ante o exposto, com a ressalva do meu entendimento pessoal, aplico a diretriz jurisprudencial fixada pelo STJ e assim **dou provimento parcial** ao apelo, em ordem a afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, decretada em primeiro grau, determinando apenas o respectivo **arquivamento, sem baixa na distribuição**, na linha do que decidido no Resp 1.111.982-SP, Rel. Min. Castro Meira.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Sustenta a Fazenda Estadual que, em existindo débitos outros, não encartados na Certidão de Dívida Ativa que instrui a execução, remanesceria presente o interesse de agir fazendário, nos termos da Lei Estadual nº 11.687/99 e do Decreto Estadual nº 22.376/00.

Todavia, tenho que o interesse de agir é de ser apurado e aferido em razão do procedimento executivo *in concreto* ajuizado, razão pela qual considero irrelevante perquirir se existem, ou não, débitos outros imputáveis ao mesmo contribuinte.

Com efeito, se existem débitos outros, cobráveis pela via executiva, não se justifica, à luz do princípio da economicidade, o ajuizamento isolado de processo relativo a valor ínfimo, nem muito menos a respectiva tramitação isolada, sobretudo à luz do permissivo contido no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais.

Se tais débitos outros não são cobráveis pela via executiva, o argumento fazendário não é pertinente.

De todo modo, é certo que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravo, mantendo a decisão guerreada, nos exatos termos em lançada nos autos.

É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator